

## O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL E A VIOLÊNCIA NAS CIDADES

José Vieira Neto<sup>1</sup>

*jovinetto@hotmail.com*

**Resumo:** O objetivo desse artigo é mostrar o processo de urbanização brasileira e discutir os problemas urbanos como a violência que vem ocorrendo no país. O fenômeno da urbanização no Brasil é um fato que aconteceu recentemente e a partir de meados do século XX em diante assistimos uma intensa mudança no lugar da moradia dos brasileiros, que somado ao aumento no crescimento natural da população provocou o processo de urbanização mudando assim, a vida nas cidades e intensificando os problemas. A urbanização deve ser entendida como um processo social e espacial, no qual, a população rural é levada a deixar o campo para morar na cidade e nela, ter de enfrentar suas contradições. As cidades estão compostas de uma sociedade de classes sociais desiguais e que tem o seu espaço urbano como o lugar onde se manifesta os mais diversos problemas e dentre eles os relacionados com o meio ambiente, a pobreza e a miséria e também a constante violência. Buscamos mostrar nesse trabalho que a violência que vem ocorrendo no Brasil tem origem na desigualdade social e que a criminalidade chegou ao limite da tolerância em nosso país.

**Palavras-chave:** Urbanização. Violência. Criminalidade. Problemas urbanos.

### *THE PHENOMENON OF URBANIZATION IN BRAZIL AND VIOLENCE IN CITIES*

**Abstract:** The aim of this paper is to show the process of Brazilian urbanization and to discuss urban problems such as violence that is occurring in the country. The phenomenon of urbanization in Brazil is an event that happened recently, and from mid-twentieth century onwards we saw an intense change in the dwelling place of Brazilians that, coupled with the increase in natural population growth, has caused the urbanization process, changing, in that way, life in cities and intensifying problems. Urbanization should be understood as a social and spatial process in which the rural population left the field to live in the city and, at the last space, they have to confront its contradictions. Cities are made up of a society formed by unequal social classes and their urban space is the place where is manifested diverse problems such as those related to environment, poverty and misery, as well as constant violence. We seek to show in this work that violence, which is occurring in Brazil, comes from the social inequality and criminality has reached the limit of tolerance in our country.

**Key-words:** Urbanization. Violence. Criminality. Urban problems.

### Introdução

A urbanização do mundo tornou-se um fato notório e o século XXI é o século que indica que a maioria da humanidade adotará a cidade como seu local de moradia. A cidade faz parte da história há milhares de anos e atualmente é presença

---

<sup>1</sup> Professor Doutor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

marcante por todos os lados. As cidades eram pequenas, tinham poucas pessoas e ficavam distantes umas das outras. Com a industrialização as populações tomaram o rumo das cidades, dando início à urbanização.

O processo de urbanização deve ser entendido como um processo social e espacial e que traz grandes impactos na vida da população. Segundo John Palen (1975, p. 23) “[...] a urbanização é, portanto um processo – o processo pelo qual regiões rurais se transformam em regiões urbanas.” Entretanto, Souza (1995, p. 66) definiu que “[...] o urbano é o abstrato, o geral, o externo, onde está a produção, as classes sociais, a divisão do trabalho. O conjunto dessas histórias é que nos dá a teoria da urbanização. [...] A urbanização pode ser entendida como um espaço em permanente mutação. Como um espaço mutante.”

No caso do Brasil, o processo de urbanização intensificou-se com a industrialização. Começou pela região Sudeste e em poucas décadas foi se alastrando por todo o território. Podemos dizer que houve uma aceleração no processo da urbanização do Brasil confirmando uma característica dos países capitalistas dependentes.

Essas mudanças que o Brasil passou ao longo das últimas décadas provocaram melhorias em muitas cidades. Surgiram novos centros urbanos. Por outro lado, encontramos as contradições tanto nas cidades quanto na vida de muitos habitantes. Presenciamos no espaço urbano, no meio ambiente, na vida dos cidadãos mudanças que afetam a qualidade de vida das pessoas como, por exemplo, a criminalidade.

Discutir a urbanização e os problemas a ela ligados tem sido tema de grandes polêmicas e toda essa problemática que afeta a população brasileira precisa ser analisada dentro de uma ótica social, buscando entender o processo de urbanização, bem como, suas conseqüências para as cidades e a população. Observa Milton Santos (1993) que:

Desse modo, deve ser tentada uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma e como conteúdo dessa forma. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a ser analisada à luz dos

subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos (SANTOS, 1993, p. 11).

Reafirmamos que objetivo desse artigo é mostrar o processo de urbanização no Brasil e discutir os problemas urbanos que envolvem a população, como a pobreza, a desigualdade social e mostrar que a violência que vem ocorrendo no país tem origens sociais.

### **O processo de urbanização no Brasil**

A urbanização é um fato recente na história dos homens e desencadeou uma série de mudanças que tiveram efeitos variados. Se, por um lado, trouxe melhorias na vida de muitas pessoas, por outro, entendemos que as mudanças vão desde a alteração na estrutura das cidades, na economia, no meio ambiente, bem como, na vida dos cidadãos levando-nos a afirmar que chegamos ao limite da tolerância entre os homens.

Considerada como um fenômeno mundial, a urbanização se alastrou por todas as partes da Terra. Jordi Borja (1994, p. 20) afirma que “[...] temos que assumir que o mundo no século XXI será um mundo totalmente urbano. O século XX é o século das cidades. O século XXI será o da urbanização do mundo”.

O processo de urbanização não deve ser entendido como um simples acontecimento na história de um país ou apenas de mudança no local de moradia de um povo. Ele implica em mudanças na vida das pessoas e gera muitas contradições. Amália Lemos (1984), pesquisadora sobre o urbano, argumenta que o processo de urbanização:

Não é um simples fenômeno empírico de mudança na distribuição territorial da população do campo para a cidade, esvaziando os povoados e aldeias rurais e concentrando-se nas cidades grandes e médias; isto é simplesmente a evidência em perspectiva. Este processo inclui o antes descrito e cria novas relações de produção, distribuição e consumo, tanto nas atividades agrárias quanto nas industriais. Resultaram destes processos mudanças geradas num maior desenvolvimento das classes sociais em conflito, acentuação das contradições e grandes efeitos a nível da formação territorial (LEMOS, 1984, p. 80).

A urbanização brasileira é um fenômeno recente. Até as primeiras décadas do século XX as cidades eram poucas e distantes. Vivíamos um período em que a maioria das pessoas tinham a zona rural como local de trabalho e de moradia e também eram poucas as atividades na indústria. Mas as mudanças foram acontecendo, surgiram novos centros urbanos, novas fábricas e tudo isso passou a influenciar na vida das cidades, bem como, na vida da população.

Foi a partir dos anos de 1930 que o governo brasileiro começou com uma política para o crescimento industrial do país. Em sua maioria, as indústrias localizavam-se na região Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo. A industrialização foi um importante acontecimento no Brasil. Modernizamo-nos perante o mundo, criamos novas oportunidades de trabalho não só nas fábricas, que foram tornando-se uma atividade atrativa para as pessoas, dando início à migração para as cidades.

Até esse momento, continuava a maioria da população se dedicando às atividades rurais. Segundo Baer e Geiger (1976, p. 8) “[...] em 1940, a população do Brasil ainda era predominantemente rural, com apenas 31,2% vivendo em centros urbanos. Desde então, no entanto, o processo de urbanização, medido pela população vivendo em centros urbanos, foi muito rápido”. Em números a população urbana era 10.891.000 habitantes, enquanto que no total contavam com 41.326.000 pessoas.

Com a Segunda Guerra Mundial a economia brasileira foi mudando, a atividade industrial em substituição às importações, passou por uma grande aceleração e modernização, bem como, abriu novas oportunidades de trabalho para a população. Davidovich e Fredrich (1995) nos dizem que:

A aceleração do processo no Brasil deu-se particularmente após a Segunda Guerra Mundial, quando também se intensificou a economia capitalista no País. Como se sabe, o desenvolvimento de uma nova ordem internacional, implicando a ascensão do capital monopolista e seu desdobramento geográfico, representou fator fundamental na industrialização de economias primárias que se integram como periferias num contexto de crescente internacionalização do mercado (DAVIDOVICH; FREDRICH, 1995, p. 17).

As cidades com seu surto industrial continuaram sendo os focos de atração de novos moradores. Daí abre-se o caminho para o aumento do êxodo rural uma vez que os pequenos produtores e trabalhadores rurais estavam em péssimas condições de vida na zona rural e sem apoio governamental.

No decorrer dos anos 1940, a população urbana brasileira aumentou em mais de sete milhões de moradores e alcançou o ano de 1950 com uma população de 18.782.981 habitantes residindo nas cidades e vilas do Brasil. Esses dados equivalem a 36,16% da população brasileira (Quadro 1), levando em conta os residentes nos chamados quadros urbano e suburbano.

Esse crescimento populacional urbano mostrou certas diferenças, como observou Baer e Geiger (1976, p. 9) que entre 1940 e 1950, o crescimento geral da população brasileira, repercutindo no interior do quadro urbano foi o principal responsável pelo crescimento da população das cidades em todas as regiões e Estados. Isto significa que, no período, o avanço da urbanização se deveu muito ao crescimento vegetativo das próprias cidades. Somente no Sudeste e Centro-Oeste, uma pequena parte do crescimento urbano se deve ao fato de sua população urbana ter crescido mais do que a do país em conjunto. Este último aspecto também é válido, no nível de estados, para o Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

Ao crescimento da população urbana deve ser somada a alta taxa de natalidade e uma redução nos índices de mortalidade devido ao desenvolvimento e melhoramento da medicina, e às melhorias nas condições de vida nas cidades, embora sabemos da precariedade em que ainda presenciamos nos dias atuais.

A urbanização brasileira que vinha crescendo passou a se desenvolver notoriamente a partir da década de 1950, com a modernização que foi sendo implantada no Brasil, como as novas indústrias, novas rodovias e a construção de Brasília e com isso a urbanização foi intensificando nas diversas regiões do território. No período entre 1950-65, Martine (1995) escreve que:

O Estado iniciou uma intervenção mais abrangente na economia e um fortalecimento da industrialização via substituição de importações. Os investimentos no parque industrial tiveram forte

influência sobre o *locus* de expansão das atividades econômicas, o que serviu para aumentar a hegemonia da região denominada São Paulo. Ao mesmo tempo, o dinamismo econômico estimulou a mobilidade geográfica, particularmente para as áreas urbanas do Centro-Sul. Conseqüentemente, o número de cidades com mais de 20 mil habitantes saltou de 51 em 1940 para 147 em 1960 (MARTINE, 1995, p. 63)

Foi a partir dos anos 1960, mas, sobretudo no decorrer da década de 1970, que as mudanças foram acontecendo e não eram somente quantitativas, eram também qualitativas e entramos a década seguinte em um processo de aceleração. Vejamos o quadro 1 que se segue e façamos uma comparação entre as décadas.

**Quadro 1:** Brasil - População rural e urbana 1950-2000

ANO	POP. RURAL	(%)	POP. URBANA	(%)	TOTAL
1950	33.161.506	63,84%	18.782.891	36,16%	51.944.397
1960	38.767.423	55,33%	31.303.034	44,67%	70.070.457
1970	41.054.053	44,08%	52.084.984	55,92%	93.139.037
1980	38.566.297	32,41%	80.436.409	67,59%	119.002.706
1991	35.834.485	24,41%	110.990.990	75,59%	146.825.475
1996	33.997.406	21,64%	123.082.167	78,36%	157.079.573
2000	31.847.004	18,07%	137.697.439	81,30%	168.544.443
2007	31.320.300	16,50%	158.499.700	83,50%	189.820.000

**Fonte:** Censos do IBGE.

Podemos observar no quadro 1 que o Brasil caminhava a passos rápidos para o fim do século XX como um país urbano, tendo como origem e resultado de um processo iniciado na década de 1940-50 principalmente na região Sudeste e a partir daí, este contraste se acentuou e se generalizou aumentando nas regiões do país e integrado em uma época em que vivamos das incertezas da década de 1980, chamada por muitos como década perdida.

Durante os anos 1980, a urbanização foi tornando acelerada e decorreu acompanhada de diversas crises relacionadas com o modelo desenvolvimentista adotado no Brasil. O Estado, como grande financiador deste projeto econômico, começou a sair de cena dando lugar a uma nova política econômica, o chamado projeto neoliberal, provocando muitas mudanças no país e na vida da população.

Antes, porém, lembramos que foram pouco mais de vinte anos (1964-85) e vivemos um período de mudanças de regimes de governos, vivemos a falta de liberdade de expressão e de garantia dos direitos constitucionais que jamais devem ser esquecidos, assim também os problemas nas cidades. Entramos em períodos de transição de governos e uma nova Constituição Federal, mesmo assim, os reflexos negativos da política econômica herdada intensificaram-se durante a década de 1980 até a década seguinte. Com isso, aumentou a concentração de renda e por outro lado, intensificou a pobreza e o desemprego. A este respeito Maricato (1995, p. 277) escreve que:

A década de 1980 será marcada pelo final do período de quarenta anos de crescimento econômico. Respondendo às críticas sobre a concentração de renda no Brasil, um impopular ministro da área econômica do regime militar disse que seria preciso primeiro fazer crescer o “bolo” para depois distribuí-lo. O bolo parou de crescer e à massa de deserdados não restaram nem as migalhas que garantiam a sobrevivência: a desigualdade e a pobreza se acentuaram na chamada década perdida.

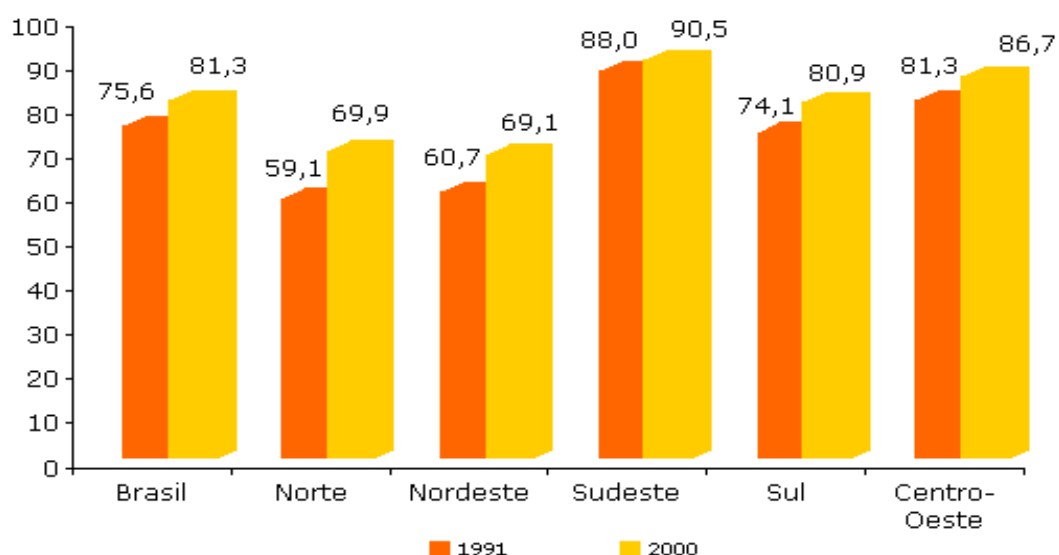
Mesmo com todos os problemas econômicos e políticos vividos naquela época, os números de população aumentaram e a urbanização brasileira chegou ao ano de 1991 com um índice de 75,59%, ou seja, o equivalente a uma população de 110.990.990 habitantes (Quadro 1) e as cidades continuaram aumentando sua população em índices acelerados. O que se observa é que todo esse processo de urbanização se assemelha com o que foi acontecendo com outros países do terceiro mundo atendendo a uma necessidade do sistema capitalista. Nas palavras de Abreu (1986, p. 62):

O crescimento acelerado da população urbana é uma característica comum a todos os países capitalistas dependentes. Tal crescimento se enquadra perfeitamente na lógica do sistema capitalista, que, ao separar o trabalhador de seus meios de produção e ao restringir os locais onde ele poderá vender a sua força de trabalho, ocasiona uma forte mobilidade interna em direção a esses locais, que são via de regra, os grandes núcleos urbanos.

Algumas das regiões brasileiras estavam com sua urbanização bem acima do índice nacional, como é o caso da região Sudeste em primeiro lugar e em

segunda posição a região Centro-Oeste. Milton Santos (1993, p. 61) nos diz que o Centro-Oeste e, mesmo a Amazônia, apresentava-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. A região Sul, a região Nordeste e a região Norte, embora tivessem um percentual representativo, permaneceram abaixo dos índices da urbanização do país e por todos os lugares os problemas intensificaram (Gráfico 1).

**Grau de Urbanização segundo as Grandes Regiões Brasil - 1991/2000**



Fonte: Censo Demográfico, 2000, Características da População e dos Domicílios. IBGE, 2001.

Como podemos observar, o Brasil passou por um processo de mudanças e por toda essa rápida urbanização do território brasileiro entendemos que este não é um só processo demográfico em que aumentou os índices de população ou de concentração populacional em determinados lugares. Ele tem dimensões e interpretações mais amplas. Podemos afirmar que a própria sociedade brasileira vai assumindo e tornando-se mais urbana. Por outro lado, as cidades, além de concentrarem a crescente parcela da população do país, tornaram-se o local ideal das atividades econômicas e nos mostrando as relações sociais cada dia mais contraditórias. A urbanização vista no gráfico 1 nos mostra que quando analisamos o processo de urbanização, vemos que ele é expressivamente avançado em seus



índices e que tomou rumo para as diversas regiões. O Brasil fechou o século XX como um país urbano, pois, no ano de 2000 a população urbana ultrapassou 2/3 da população total, e atingiu a marca dos quase 138 milhões de pessoas. Entendemos que este é o resultado de um processo iniciado na década de 1940-50 na região Sudeste e a partir desse período, acentuou-se e generalizou-se por todas as regiões do país.

Pode-se afirmar que o recente processo de urbanização deixou marcas que não se apagam e que hoje se fazem presentes em todos os tamanhos de cidades. Os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) nos informam que o Brasil chegará ao final desta década de 2010 com dois milhões de novos favelados. A população total deverá chegar a 200 milhões de pessoas, 55 milhões em situação de moradores de favelas (O Popular, 16/10/2007).

Sabemos que diversas medidas governamentais têm sido implantadas para mudar esse quadro de pobreza e de falta de qualidade de vida, mas trata-se de um processo lento. O Brasil precisa discutir melhor os problemas que envolvem o seu povo e tomar decisões políticas mais ousadas. Somente assim teremos um país mais justo com o seu povo.

Enquanto essas reflexões, discussões e decisões não acontecem, o Brasil encontra-se hoje, no terceiro milênio, com a maioria da sua população vivendo nas cidades e afirmamos que esses centros urbanos estão doentes, assim como a população padece de enfermidades que crescem a cada dia e com difícil solução.

Uma parte da população brasileira encontra-se com uma elevada desigualdade social, sem moradia digna. As questões ambientais são graves, temos o desemprego e o analfabetismo, as doenças, a pobreza e a miséria que aumentam constantemente entre as pessoas e por fim presenciamos um alto consumo de drogas e um fato incontestável que é a criminalidade. Sobre esse assunto Monteiro (1992, p. 34) salienta que:

Embora a Constituição teorize sobre a igualdade da cidadania, a composição social, além da divisão em classes, inclui uma massa considerável de população “desclassificada”, desclassificação social decorrente de sua extrema miséria, falta de terra, teto, saúde, educação, etc., etc. A este descartamento social se junta um aproveitamento político que faz de um excluído enquanto cidadão, mas um precioso cliente político mobilizado a serviço das classes

dominantes. Este sistema dual, segundo Weffort não seria um sistema de “exclusão” posto que a mobilização política dos excluídos socialmente configura antes um sistema de dominação sobre as massas “excluídas” e “incluídas”.

De tudo que escrevemos sobre o processo de urbanização no Brasil e também as conseqüências dessas mudanças, tomaremos como análise a questão da violência nas cidades por entender que chegamos a um limite da tolerância entre os homens. Já não existe valor para a vida, mata-se por qualquer coisa ou por nada e a questão das drogas, furtos e roubos tornam-se agravantes para a violência.

### **Buscando a definição de violência**

A violência é um mal que atinge toda a sociedade e tem acompanhado o ser humano ao longo de sua história. A violência é um fenômeno social mundial e que deve ser vista como parte das relações existentes na sociedade. Vivemos numa sociedade dividida em classes sociais onde a desigualdade é cada dia maior.

Nas sociedades contemporâneas, as cidades tornaram-se o maior palco das manifestações da violência. Para Adorno (1998) não há mais espaço para a inocência. A nostalgia de uma cidade sem violência criminal esvai-se no passado. As imagens de pureza são substituídas pelas do perigo permanente e iminente.

Como se trata de um fenômeno complexo, a violência atinge a totalidade da vida humana e a sua análise deve ser feita segundo os seus objetivos e sua definição, pois, poderá contribuir de forma direta ou indireta para a compreensão dessa problemática. Pereira (1975, p. 26) ressalta que na definição dos léxicos, a violência “é o ato contrário à razão, à justiça, ato veemente, resultante do emprego da força para a solução de qualquer conflito humano, seja individual, seja coletivo”.

A violência está definida nos dicionários franceses contemporâneos como (O Robert, 1964 *apud* Michaud, 1989, p. 7) como: “a) o fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação; b) o ato através do qual se exerce a violência; c) uma disposição natural para a expressão brutal dos sentimentos; d) a força irresistível de uma coisa; e) o caráter brutal de uma ação.”

Embora um pouco parecidas, as definições da violência vão mudando de acordo com a ciência que a estuda. Kimura (1998, p. 58) define a violência como:

O ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer opressão e tirania contra a vontade e a liberdade do outro. O ato em si encerra um sujeito ou sujeitos violentadores, um objeto-pessoa (ser ou coisa que sofre violência) e um ato ou ação violentadora. Para além da ação imediata podem ser buscadas as causas, motivações e objetivos do sujeito violento. Podem ser observadas a forma, intensidade e características da ação violenta, bem como o efeito da violência no objeto a que se dirige e suas reações.

Entendemos que a violência está em tudo que provoca ferimento, ou sofrimento, perda ou destruição ao ser humano. A violência pode degradar ou causar transtornos à integridade física e psíquica do homem no seu cotidiano. Suas origens podem ser diferentes e consideramos como violência aquilo que afeta a vida do cidadão, tanto físico como a perda de um pertence através de ações como os roubos, os furtos e nesse caso podem ser com uso ou não da violência física, os homicídios, os suicídios, os estupros, as *vias de fato* e as agressões nas mais diversas modalidades.

No nosso cotidiano deparamo-nos com várias formas de violência e esta não deve ser uma ação constante entre os seres humanos. Hannah Arendt (1994, p. 41) nos diz que: “[...] a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato”.

Os atos de violência não se justificam entre os homens. É preciso combater a criminalidade bem como evitá-la. Estamos tratando da compreensão da violência nas cidades e se atualmente vivemos em meio a uma grande concentração de pessoas no urbano e dentre esses cidadãos existe um índice elevado de crimes, não temos dúvidas de que se trata de problemas sociais. Na observação de Kimura (1998, p. 60) “[...] a violência social vai sendo cada vez mais identificada com a violência urbana resultante da divisão social levada a extremos, especialmente na

realidade brasileira que põe a nu a aglomeração urbana, por si mesma conflituosa, ainda mais nas condições postas pela urbanização e industrialização do país”.

Por se tratar de uma questão de importância social como esta que divide a vida das pessoas entre pobreza e riqueza, que entendemos que a violência urbana tornou-se um assunto complexo, amplo e que atormenta a população e manifesta-se de forma exterior.

A manifestação da violência é a expressão do homem através dos crimes cometidos por uma parcela da sociedade brasileira e pode ser considerada como uma resposta a um sistema ultrapassado que tem como base a desigualdade social. Este sistema se vale da desigualdade social como fonte de riqueza e àqueles que dela vivem não importa as conseqüências para os outros.

### **A violência urbana no Brasil e as suas causas**

Nos últimos tempos o assunto sobre a violência no Brasil tornou-se uma conversa diária, rotineira e dizer que o cidadão não tem medo é um exagero na expressão das palavras como também muitas são as causas da criminalidade e exige de nós que expressemos a verdade mesmo que ela seja dura e contrarie pessoas e autoridades.

Como já argumentado, o Brasil passou por um acelerado processo de urbanização e as cidades como locais de grande concentração de pessoas e classes sociais têm sido o cenário onde se manifestam diversos problemas, inclusive os altos índices de criminalidade que vêm tirando o sossego da população. A delinqüência está em números tão preocupantes que chegam a ameaçar a segurança pública.

A grande quantidade de agressões, crimes contra a vida, roubos e furtos têm feito com que os cidadãos se tornem cada dia mais prisioneiros de sua própria casa, pois, os crimes estão quase sempre acompanhados de um agravante que é o uso da brutalidade e das armas como um meio ou um recurso para conseguir o seu intento. Neste caso, entendemos que a vida do outro perde o valor e não tem mais razão para existir.

Entendemos que a violência tornou-se banalizada e afeta a todos nós, atinge as mulheres, os jovens, os adultos, as crianças e os idosos e se faz presente em qualquer classe social e lugar. Está presente nos grandes condomínios e prédios, nas ruas, nos parques, nas escolas e ainda está atingindo as periferias urbanas, local em que vive as classes pobres e miseráveis como se este lugar e os moradores fossem os culpados pela violência.

Para confirmar o que estamos relatando, vejamos o que dizem os números através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2004) em sua Síntese de Indicadores Sociais. Entre os anos de 1980 e 2000, no Brasil, foram vítimas de homicídios 598.367 pessoas; dois terços delas (369.101) na década de 1990. Naqueles mesmos 20 anos, o Brasil registrou mais de 2 milhões de mortes por causas externas e 82% delas foram de homens. Enquanto nos anos 1980 os acidentes de trânsito eram a principal causa externa dos óbitos masculinos, na década de 1990, os homicídios assumiram a liderança.

Não existe um estado, uma região ou lugar específico para a manifestação da violência. Em qualquer parte do país estamos presenciando atos de brutalidade. Ainda analisando a Síntese dos Indicadores Sociais podemos observar que entre 1980 e 2000, a taxa de mortalidade por homicídios para ambos os sexos no Brasil aumentou 130% (de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes). As taxas mais altas, também por 100 mil habitantes, eram nos estados de Pernambuco (54), Rio de Janeiro (51), Espírito Santo (46) e São Paulo (42). De 1980 a 2000, as taxas masculinas de mortalidade por homicídios saltaram de 21,2 para 49,7 (IBGE, 2004).

Esses dados mostram que entre 1991 e 2000, no Brasil, aumentaram em 95% as taxas de mortalidade por homicídios com uso de armas de fogo, entre homens de 15 a 24 anos. Em 2000, as maiores taxas eram de Rio de Janeiro (182), Pernambuco (180), Espírito Santo (122), São Paulo (115) e Distrito Federal (113). Em números absolutos, em 1991, foram vítimas de homicídio 5.220 homens nessa faixa de idade, com uso de armas de fogo, e outros 12.233 foram mortos da mesma forma, no ano de 2000 (IBGE, 2004).

Para socorrer as vítimas da criminalidade temos ainda algumas questões sérias. Os profissionais da área de saúde já falam em treinamento de socorros como

se estivessem na guerra e um detalhe a mais que é a falta dos hospitais e dos prontos socorros.

A violência coloca em questão a capacidade de os estabelecimentos de saúde oferecerem atendimento de emergência gratuito às vítimas de agressão. A Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária do IBGE, de 2002, observou que a oferta de camas UTI disponíveis ao SUS é mais precária na região Norte (4,7 camas por 100 mil habitantes) e no Nordeste (5,8). No Sul, é de 13 por 100 mil, no Centro-Oeste é de 10,6 e no Sudeste, de 10,5 (IBGE, 2004).

E ainda pertencem à esfera privada 65,7% dos estabelecimentos capazes de prestar atendimento 24 horas a vítimas de violência com serviço de emergência em cirurgia e/ou traumatologia-ortopedia. A região Sudeste concentra 39% dos estabelecimentos deste tipo, enquanto sua população representa 43% da do país (IBGE, 2004).

Conforme estamos observando, nos dados mencionados, as autoridades pouco ou quase nada fazem para resolver esses problemas, pois os hospitais não estão preparados para atender os casos de violência. Todos nós sabemos o dia a dia na vida de quem procura um atendimento médico em repartições públicas.

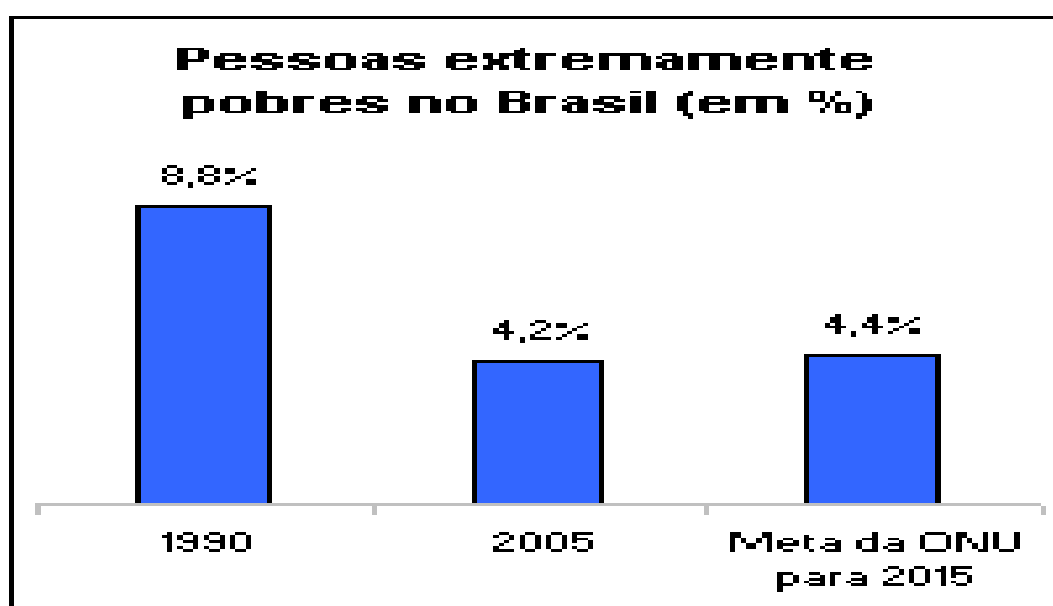
Não podemos deixar de relatar que quando tratamos do assunto violência, sabemos que esse é um mau que atinge a toda a sociedade e dizer que apenas os pobres são violentos é um erro que não conseguimos justificar. No nosso dia a dia temos conhecimento e são reportados fatos violentos que envolvem altos empresários, executivos e famílias de alto poder aquisitivo. A pobreza não justifica a violência. A pobreza é apenas um agravante na prática da violência. Oliven (1982, p. 27) nos adverte que:

Isso não nos deve, naturalmente, fazer cair no engodo de imputar mecanicamente a criminalidade à pobreza. Embora a falta de oportunidades de trabalho com remuneração condigna possa levar à criminalidade, não são obviamente todos os pobres que se valem da delinquência para sobreviver.

Em se tratando das causas da violência nos homens, ela tem como causas e origens as situações criadas pelos próprios homens e citamos o desprezo

das autoridades, a questão das drogas, o alcoolismo, a falta de moradia, o desemprego, as situações de pobreza, de miséria e analfabetismo que vive uma grande parcela da população e ainda o meio ambiente poluído, a fome e da falta de espaço, de um lugar na sociedade, o que damos o nome de causas sociais.

As causas sociais são aquelas que entendemos que poderiam ser resolvidas, mas a vontade política continua distante de nossos governantes e só serão resolvidas através de metas, programas e projetos de médio e longo prazo e nem todo governante tem a erradicação da pobreza como meta. Não é exagero afirmar que muitos representantes políticos no Brasil, nas diversas esferas de poder se valem da pobreza para se manterem e reelegerem todos os anos. O gráfico 2 é uma amostra de como está a situação da pobreza no Brasil.



**Gráfico 2:** Pobreza no Brasil – 1990-2005.

**Fonte:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD – 2007.

Conforme vemos nos dados do gráfico 2, o governo nos apresenta relatórios oficiais dizendo que o Brasil cumpriu metas dez anos antes do prazo estabelecido pela Organização das Nações Unidas – ONU e apresenta a meta para o futuro.

Os números são preocupantes e citamos a conclusão da análise feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD em matéria feita por

Talita Bedinelli que entre 1990 e 2005, tínhamos 8,8% brasileiros que ganhavam menos de US\$ 1 por dia; em 2005, o percentual caiu para 4,2%, apontam os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) citados no trabalho. Em 2005, 1 dólar por dia PPC (dólares por paridade de poder de compra, que elimina a diferença de custos de vida entre os países) equivalia a aproximadamente R\$ 40,00 mensais. Em termos absolutos, 4,7 milhões de pessoas saíram da condição de extrema pobreza nesses 15 anos, mas 7,5 milhões ainda permanecem nessa situação, aponta o estudo, elaborado pela Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, com apoio de outros órgãos do governo e de agências da Organização das Nações Unidas – ONU, no Brasil. O primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio prevê que os países cheguem ao ano de 2015 com metade da proporção de pobres de 1990 (PNUD, 2007).

Na seqüência, temos outros dados e o relatório nos mostra também a variação da pobreza no Brasil de acordo com outro parâmetro, o de um quarto de salário mínimo *per capita* por mês. Sob esse critério, a pobreza extrema recuou de 28% para 16% no período em estudo (PNUD, 2007).

Como vemos nos dados acima, o Brasil nos apresenta do quadro da desigualdade que é resultado das contradições entre pobreza e riqueza existentes entre os diferentes grupos que compõem a sociedade deste país. Acreditamos e afirmamos que as causas sociais são as que mais influenciam no aumento da violência entre a população, já que vivemos em uma sociedade marcada pelas diferenças, na qual o ser humano se torna desumanizado. Hannah Arendt (1994, 47) nos explica que:

Que a violência freqüentemente advenha do ódio é um lugar-comum, e o ódio pode realmente ser irracional ou patológico, mas o mesmo vale para qualquer outro sentimento humano. Não há dúvida de que é possível criar condições sob as quais os homens são desumanizados – tais como os campos de concentração, a tortura, a fome -, mas isto não significa que eles se tornem animais; e, sob tais condições, o mais claro indício da desumanização não são o ódio e a violência, mas, a sua ausência conspícua. O ódio não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento; ninguém reage com ódio a uma doença incurável ou a um terremoto, ou, no que concerne ao assunto, as condições sociais que aparecem ser imutáveis. O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as



condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reagimos com ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido, e esta reação de forma alguma reflete necessariamente uma injúria pessoal, como é demonstrado por toda a história da evolução, em que, invariavelmente, membros das classes altas deflagravam e depois conduziam as rebeliões dos oprimidos e humilhados.

Já mencionamos que a população brasileira vive em situações muito desiguais. Devemos também relacionar a violência com o espaço e o lugar que o cidadão tem na sociedade. O ser humano para viver precisa ocupar um lugar no espaço. O espaço é uma produção social. Para Milton Santos (1996) “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”.

Hoje, nas cidades, o espaço tornou-se limitado e condicionado para o uso de apenas uma pequena parcela da população ficando a maioria excluída e sem qualquer participação na sociedade. Dessa forma violência é resultado das relações sociais desiguais presentes em nossas cidades.

As relações sociais acontecem nos diversos lugares da cidade. O lugar é o espaço social, é o ambiente que o cidadão está integrado. O lugar é o local de vida e de sentimentos. O lugar pode ser tudo para o cidadão, mas nem todo cidadão tem um lugar digno de vida. Para Amália Lemos (1999, p. 37):

Os lugares devem ser considerados como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; O lugar concentra significados, pensamentos e sentimentos dos seus habitantes. [...] Complementa a autora que: o lugar, a interpretação e vivência do mesmo, se diferenciam segundo as classes sociais, os gêneros, a condução de origem, o grau de cultura, entre outras categorias. Assim, o lugar não só nos remete a um território habitado, mas também a uma posição dentro do sistema social.

Um cidadão sem participação na sociedade é um cidadão sem espaço, sem lugar e sem poder, logo torna-se um excluído. A violência urbana tem origem na segregação social e espacial da população e se faz presente na cidade refletindo

numa paisagem composta de lugares diferentes, onde a pobreza e a riqueza se tornam mais visíveis. Para um pequeno grupo, cabe ocupar o lugar da opulência e da riqueza, o direito a residir em bairros ricos e luxuosos, enquanto que para a grande maioria das pessoas, sobrou apenas a periferia, margens de rios, áreas insalubres, ou seja, o lugar da pobreza e da miséria. Kimura (1998, p. 134) nos diz que: “[...] os lugares da pobreza são os lugares onde se destaca agudamente a violência criminalizada, mas também é onde se tornam evidentes de modo muito marcante tantas outras tensões, conflitos e problemáticas do cotidiano”.

Como se percebe, existem muitas causas que podem provocar a violência urbana, pois um cidadão desempregado, vivendo em um ambiente degradado, em estado de pobreza e de miséria, se sente sem identidade, pressionado e agressivo, pois, na busca da sobrevivência e lhe negado um lugar na sociedade, este cidadão será capaz de praticar crimes contra outras pessoas, e mesmo contra a própria vida, utilizando-se para isso, de todos os meios possíveis. Entendemos que esta reação é imediata e quase que automática do ser humano e a este respeito escreve Moraes (1990, p. 32):

Isso resulta do sentimento de impotência, de fragilidade. Ora, o ser humano cheio de aspirações e sem nenhum poder de realizá-las, torna-se, de uma ou outra forma, violento. Torna-se hostil. E, quanto mais impotente, maior será a brutalidade da sua violência. As autoridades policiais e os jornalistas costumam afirmar que nos bairros pobres da periferia é onde a violência é mais crua e deflagrada. Isto não quer dizer que os pobres são, naturalmente, mais violentos. Quer isto significar que o grau de impotência que lhes foi imposto acua-os de tal forma que, em certos momentos, só os atos de violência se apresentam para eles como alternativa de liberação e sobrevivência.

Diante do que foi analisado nesta problemática urbana vemos que se trata de uma questão de direitos do cidadão e a cidadania, segundo Milton Santos (1993, p. 7) “[...] é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância.” Paoli (1982, p. 45) complementa afirmando que: “[...] a cidadania é, então, a questão-chave que dá sentido ao problema da violência, e a reprodução continuada

da falta de participação social, econômica e política estrutura o tema em um terreno próprio”.

A violência é uma reação do ser humano em busca de um espaço na sociedade, são os gritos, as queixas, é preciso que alguém veja, não importa mais as conseqüências quando se está em busca de sobrevivência. O que se observa é que a violência tornou-se uma forma de manifestação e uma forma da população resolver os seus problemas e Hannah Arendt (1994, p. 57) argumenta que:

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz e, alcançar o fim que deve justificá-la. E posto que, quando agimos, nunca sabemos com certeza quais serão as conseqüências eventuais do que estamos fazendo, a violência só pode permanecer racional se almeja objetivos de curto prazo. Ela não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública.

Podemos afirmar que no Brasil, vivemos nas últimas décadas, um certo abandono político-administrativo, um desgoverno onde as autoridades pouco fizeram para a solução dos problemas e “tudo isso vem acontecendo não obstante ser a população brasileira onerada e sacrificada pelos dispêndios para custear a segurança que na verdade não tem. Tais gastos correspondem a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) e cerca de 60% saem do bolso do contribuinte”. (O Popular, 16/10/2007).

Ainda podemos acrescentar como causa da violência as questões relacionadas com a morosidade da justiça, que vive com as suas leis desatualizadas, favorecendo àqueles que vivem do crime, ou até mesmo, deixando de punir ou instruir os iniciantes. Sabemos que os juízes não fazem leis e que não existe um interesse entre os nossos representantes políticos nas mudanças e aperfeiçoamento dos Códigos Civil, Código Penal e outras leis, pois parte destes representantes do povo vivem sempre de escândalos e desvios do dinheiro público, alguns até nas páginas policiais dos jornais e revistas do país.

A criminalidade não deve ser aceita na sociedade. Os crimes devem ser combatidos, como também deve-se combater as suas causas. Como nos ensina

Arendt (1994, p. 58) “[...] a prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento”.

Finalizando, pode-se afirmar que as condições sociais da população induzem à prática da violência e esta se manifesta em diversas modalidades de crimes. Esta violência é resultante da exclusão e da desigualdade social e espacial, onde o urbano se constitui de diversos lugares. São lugares que expressam a nossa identidade, lugares da existência e de sentimentos e que nos mostram exatamente a atual posição da maioria da população no sistema social brasileiro, a pobreza e a miséria.

A criminalidade parece ser um mal que teremos que enfrentar por muito tempo e enquanto houver população pobre abandonada nas periferias urbanas vivendo em condições subumanas e sem qualidade de vida, haverá motivos para a violência continuar e em números ainda maiores.

### **Considerações finais**

Ao longo desse trabalho constatamos que o século XXI nos mostra que a maioria da humanidade tomou o rumo das cidades tornando-as como locais de moradia e o processo de urbanização do mundo tornou-se um fato notório. Para Milton Santos (1997, p. 71) “a história da cidade é a história da produção continuada.” Hoje, as cidades são presença marcante, são o local das grandes mudanças, das invenções e das inovações, são também, os lugares prediletos para o capital se reproduzir com mais rapidez”.

Vimos que as cidades passaram um acelerado processo de urbanização e esta não deve ser entendida como um simples acontecimento na história de um país e em se tratando do Brasil reafirmamos que a urbanização brasileira é um fenômeno recente e até as primeiras décadas do século XX vivíamos um período em que a maioria das pessoas tinha a zona rural como local de trabalho e de moradia, mas as mudanças foram acontecendo, surgiram novos centros urbanos, novas fábricas e tudo isso passou a influenciar na vida das cidades, bem como, na vida da população. Como salienta Milton Santos (1996, p. 53):

A cidade reúne um considerável número de chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se então, que é a cidade lugar de ebulição permanente.

Ao longo da discussão sobre o processo de urbanização por qual passou as cidades, vimos que o Brasil também viveu um acelerado processo de urbanização por todas as suas regiões. Esse processo implicou em mudanças na vida das pessoas e gerou muitas contradições sociais e com graves problemas ambientais.

Em nossos estudos sobre a urbanização brasileira ficou claro que uma parte da população ainda vive na pobreza e na miséria e sem qualidade de vida. Nesse caso concordamos com Amália Lemos (1994, p. 81) quando afirma que:

Nas cidades capitalistas, onde tudo se converte em mercadoria, o lote, a casa a paisagem, o silêncio, a infra-estrutura, etc., conforme o lugar que se tenha no processo de produção é o lugar que se tem no processo de consumo. Nessa lógica a queda da chamada “qualidade de vida” em nossas cidades (...) é produto da reação consciente e inconsciente ao processo de exploração que se vive na relação de produção.

Isso nos leva a afirmar que o cidadão sem participação na sociedade é um cidadão sem espaço, sem lugar e sem poder e logo se torna um excluído. O homem ou uma família que não tem suas condições mínimas de vida atendida perde o seu comportamento humano e reage de qualquer forma para sobreviver.

Finalizando, não temos dúvidas que a violência entre os homens também tem origem na segregação social e espacial que vive a população brasileira e que tudo isso teve como consequência o desencadeamento em muitas formas dos cidadãos resolverem os seus problemas e ou fugas pessoais como drogas, roubos e furtos e a violência.

Ressaltamos que mesmo com todos os problemas vistos, não podemos negar que a violência está presente também nas camadas mais abastadas

financeiramente, não podemos responsabilizar a pobreza como violenta, mas as condições que lhe foram impostas.

Para concluir afirmamos que criminalidade nos centros urbanos se torna evidente de modo muito marcante. Somos reféns de uma parte da população que vive na injustiça social e que fez com que nossas casas tornem-se nossos presídios.

Temos a convicção que tudo poderá mudar e, para isso, nada mais importante que a decisão política de nossos governantes. A partir dessas decisões poderemos ver cidades com mais qualidade de vida e com cidadãos sadios e sem violência.

## Referências

ARNS, P. E. Mudar é preciso. **Pólis**: alternativas contra a fome. São Paulo: Tec art, ed. Especial, p.5. 1993.

ABREU, M. de A. O crescimento das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo: uma apresentação do tema. In: BARRIOS, S. et al. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 61-70.

ADORNO, S. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. In: PINHEIRO, P. S. et al. **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 227-246.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAER, W; GEIGER, P. P. Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, n.2, p. 3-99, abr./jun. 1976.

BORJA, J. O futuro das cidades. **Pólis**, n.16, São Paulo: Tec art, 1994, p. 15-25.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

COSTA, M. R. da. et al. Mortes violentas, vítimas e homicídios. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, p. 90, jul./set., 1995.

DAVIDOVICH, F. R. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.48, n.3, p. 333-371, jul./set.1986.

\_\_\_\_\_. Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.49, n. 2, p. 139-157, abr./ jun. 1987.

DAVIDOVICH, F. R.; FREDRICH, O. M. B. de L. Urbanização no Brasil. In: SILVA, S. T. (Org.). **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias)> Acesso em: 01 de Abril de 2004

JORNAL O Popular On-line. **A companhia do medo**, Goiânia, 16/10/2007.

LEMOS, A. I, G, de. Dimensão Ambiental da Urbanização Latino-Americana. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, n.8, p.79-83, 1994.

\_\_\_\_\_. Geografia da Modernidade e Geografia da Pós-Modernidade. **Revista GEOUSP**, São Paulo: USP, n. 5, p. 27-39, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Formação sócio-espacial e o lugar como mediação: as paisagens do nordeste na cidade de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, n. 11, p. 11-17, 1997.

KIMURA, S. **Geografia da escola e do lugar: violência, tensão e conflito**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – 1998.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p.202-208.

MARICATO, E. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **Novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p.261-287.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARTINE, G. Evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. de B. A; SILVA, P. L. B. **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/ Unesp, 1995. p.61-91.

MARTINE, G. O significado demográfico da fronteira agrícola. **Espaço e Debates** n.13, 1984. p.75-83.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MONTEIRO, C. A. de F. A interação homem-natureza no futuro da cidade. **Geosul**, Florianópolis: UFSC, v.7, n.14, p.7-48, 2.sem/1992.

MORAIS, R. de. **O que é violência urbana**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEN, R. G. Chame o Ladrão: As Vítimas da Violência no Brasil. In: BOSCHI, R. R. **Violência e Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.23-28

PALEN, J. J. **O mundo urbano**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

PAOLI, M. C. P. M. Violência e espaço civil. In: DA MATTA, R. et al. **Violência Brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 45-55.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Brasil reduz a pobreza extrema pela metade**. Reportagem de Talita Bedinelli, Brasília, 2007. Disponível em: <[www.pnud.org.br/noticias](http://www.pnud.org.br/noticias)> Acesso em: 29 de agosto de 2007

PEREIRA, J. **Violência**: uma análise do “Homo brutalis”. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**: Revista de Sociologia, São Paulo: USP, v. 9, n.1, p.43-52, maio, 1997.

\_\_\_\_\_. Diagnósticos da violência. In: PINHEIRO, P. S., et al. **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Tendências da urbanização brasileira no fim do Século XX. In: CARLOS, A. F. A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia cidadã: Por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.21, p.7-14, ago. 1996.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 2. ed., São Paulo: Nobel 1993.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. et. al. **Fim do século e globalização**. São Paulo: Hucitec- ANPUR. 1993.



SOUZA, M. A. A. de. O novo Brasil urbano: Integração ou fragmentação? In: \_\_\_\_\_.  
GONÇALVES, M. F. **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 65-71.

VIEIRA NETO, J. **A urbanização e a problemática ambiental no Centro-Oeste do Brasil**: o caso de Rondonópolis-MT. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – 2000.